



As dissidências das FARC-EP e a “Segunda Marquetalia”

Diogo Chaves Leiras dos Santos ¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender as trajetórias e dinâmicas territoriais impactadas pelas dissidências das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP), especialmente com o surgimento da “Segunda Marquetalia” no ano de 2019. Marquetalia, no departamento de Tolima, é o local de origem da formação das FARC-EP na década de 1960 com a criação das Repúblicas Independentes de Marquetalia. A organização dessa dissidência, o controle territorial e as suas composições estruturais são formadas, principalmente, por aqueles que estavam insatisfeitos com a implementação dos pontos referenciados no Acordo de Paz de 2016 entre os governo colombiano e as lideranças das FARC-EP. A forma de condução da reincorporação coletiva dos ex-combatentes das FARC-EP à sociedade civil é um dos entraves, pois estes passaram a ser considerados como traidores por grupos dissidentes por optarem não voltar a luta armada. O desenvolvimento da configuração territorial formada pelos grupos dissidentes vem sendo marcado pelo processo de fragmentação de territórios.

Palavras-chave: FARC-EP, Segunda Marquetalia, dissidências, República da Colômbia, Acordo de Paz de 2016.

RESUMEN

Este artículo busca comprender las trayectorias y dinámicas territoriales impactadas por las disidencias dentro de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo (FARC-EP), particularmente con el surgimiento de la “Segunda Marquetalia” en 2019. Marquetalia, en el departamento del Tolima, fue la cuna de las FARC-EP en la década de 1960 con la creación de las Repúblicas Independientes de Marquetalia. La organización de esa disidencia, el control territorial y la composición estructural de las FARC-EP están conformados principalmente por quienes se mostraron insatisfechos con la implementación de los puntos del Acuerdo de Paz de 2016 entre el gobierno colombiano y la cúpula de las FARC-EP. La forma en que se lleva a cabo la reincorporación colectiva de los excombatientes de las FARC-EP a la sociedad civil es uno de los obstáculos, ya que han llegado a ser considerados traidores por los grupos disidentes por optar por no regresar a la lucha armada. El desarrollo de la configuración territorial formada por los grupos disidentes ha estado marcado por el proceso de fragmentación de territorios.

Palabras clave: FARC-EP, Segunda Marquetalia, disidencias, República de Colombia, Acuerdo de Paz de 2016.

¹ Graduado e mestre em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). Atualmente é bolsista Capes e doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) - diogochaves.geo@gmail.com. Esse artigo é resultado da dissertação de mestrado defendida no ano de 2024 e que tem como título: “A militarização estadunidense na América Latina: o Plano Colômbia e as implicações no conflito interno colombiano”.



INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX na República da Colômbia foi marcada por uma série de eventos violentos que geraram impactos sociais e graves consequências que permanecem desafiando o futuro das gerações colombianas. As insatisfações populares através do fenômeno “*El Bogotazo*” com o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán² em 1949 e, posteriormente, o golpe de Estado que instaurou a ditadura militar de Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957) foi um período sangrento que ficou conhecido como “*La violencia*” (1946-1958) e que vitimou mais de 200.000 pessoas e provocou diversos deslocamentos forçados no país³.

A morte de Gaitán significou uma “insurreição popular imediata” (GALLEGO, 2006). A violência começou com um enfrentamento entre liberais e conservadores, mas a dinâmica do ódio de classes foi salientando cada vez mais seu caráter de luta social (GALEANO, 2010). Da capital Bogotá, o efeito dominó do fenômeno “*El Bogotazo*” transmutou a violência para as zonas rurais que se concentrou na região andina, no Caribe e em Orinoquia, da qual transformou-se em uma guerra civil.

Durante esse período, Rojas Pinilla reprimiu veemente as organizações camponesas e tornou, ainda na década de 1950, o Partido Comunista Colombiano (PCC) clandestino e ilegal causando maiores danos à classe trabalhadora do campo que o apoiava. Esta exclusão determinou que vários jovens se juntassem às lutas camponesas.

Em meio as turbulências, enquanto os camponeses organizaram-se para defender suas famílias dos massacres e fuzilamentos, promovidos pelas forças públicas e pelos paramilitares armados pelo latifúndio, foi criada a Frente Nacional (1958-1974) que por dezesseis anos instaurou uma ditadura bipartidarista com a alternância de poder na presidência colombiana entre políticos dos partidos liberal e conservador, não dando acesso à administração pública para outras organizações políticas.

A Frente Nacional tinha como estratégia acabar com o movimento agrário, reconhecido e identificado com as autodefesas camponesas comunistas, já que a preocupação do conjunto da classe dominante era não romper com a ordem construída até então, ao contrário, era fortalecer politicamente suas instituições e controlar o “inimigo interno”, sob a Doutrina da Segurança Nacional idealizada pelo presidente dos Estados Unidos da América

² Em 1946, o político Jorge Eliécer Gaitán rompeu com o partido liberal e se lançou em uma candidatura independente nas eleições presidenciais. O seu caráter de reforma e suas propostas logo foram absorvidas e aderidas pelas camadas populares em que defendia, principalmente, a reforma agrária e a criação de uma legislação trabalhista e previdenciária que resguardasse os trabalhadores.

³ Ver em: <https://ceipa.edu.co/blog/historia-de-la-violencia-en-colombia-y-su-impacto-social/>



(EUA), John Kennedy (1961-1963), na América Latina (PINHEIRO, 2015). Esse intervalo de tempo levou os movimentos sociais colombianos a sofrerem profundas transformações pelos efeitos das dinâmicas do conflito interno colombiano.

Gallardo (2005) atenta que já na década de 1920, sindicatos de camponeses pobres ou ligas agrárias foram se formando, especialmente nos departamentos de Cundinamarca e Tolima, cujo objetivo era defender as terras e se expandir para outras e, assim, melhorar suas condições de vida.

Logo, membros do PCC começaram a se aproximar deles a partir da década de 1930. Esses movimentos camponeses passaram a se autodenominar grupos de autodefesa e criaram grupos armados que oscilavam ideologicamente entre o liberalismo e o comunismo, engajados principalmente na defesa territorial e em incursões armadas esporádicas.

Como consequência, após o ataque do Exército à Villarica (Tolima) em 1955, os grupos de autodefesa buscaram locais inacessíveis e se estabeleceram em Marquetalia, Riochiquito, El Pato, Guayabero, El Duda e Ariari, onde se organizaram, sob inspiração comunista, como zonas que passaram a ser chamadas de “repúblicas independentes”. Assim, passaram a se organizar política e militarmente com a ideia de se preparar para uma guerra de longo prazo com o Estado colombiano.

Em represália as “repúblicas independentes” foi deflagrada a “Operação Marquetalia” ou “Operação Soberania” pelo presidente do partido conservador Guillermo León Valencia (1962-1966). A “Operação Marquetalia” foi resultado de uma operação militar de alto valor enquadrada no Plano Laso (*Latin American Security Operation*) que teve como alvo as guerrilhas alocadas ao sul da Colômbia a partir de 1964 (URUEÑA-SANCHES e DEMER-WODNICKY, 2020).

O Plano Laso foi um plano de assistência militar oriundo da Aliança para o Progresso (1961-1967)⁴ idealizada pelos EUA e que foi implantada durante o conflito armado colombiano entre 1962 e 1966. A “Operação Marquetalia” propiciou danos sociais irreversíveis que impactaram os anos seguintes na Colômbia. Segundo Gallardo (2005):

Em 1964, após o triunfo da Revolução Cubana, o presidente Kennedy elaborou um plano de contrainsurgência para a América Latina, com o objetivo de impedir outras revoluções no continente; essas medidas, elaboradas pelo Pentágono, receberam o nome de Plano LASO e foi nesse contexto que o presidente Guillermo León Valencia declarou guerra a 48 camponeses da região de Marquetalia, liderados por Manuel Marulanda Vélez. Diante da iminência de uma agressão governamental, esses 48 homens se dirigiram ao próprio presidente, ao Congresso, aos governadores, à Cruz Vermelha nacional e internacional, à Igreja, às Nações Unidas, a intelectuais franceses e a outras organizações democráticas, para impedir o início de um confronto armado na Colômbia com consequências imprevisíveis.

⁴ Ver: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/o-progresso>



Infelizmente, ninguém os ouviu... (...) Poucos dias depois, começou a gigantesca operação com 16.000 homens do Exército que usaram todo tipo de armas, incluindo bombas bacteriológicas lançadas por aviões pilotados por soldados americanos... (...) Aqueles 48 camponeses apenas reivindicavam a construção de vias de comunicação para escoar seus produtos agrícolas, um centro de comercialização e uma escola para educar seus filhos, o que implicava um investimento de não mais de cinco milhões de pesos por parte do Estado (Tradução nossa, p. 76-77).

Com o ataque do Exército colombiano foi formada a primeira frente com forte organização militar entre os camponeses, o *Bloque Sur*, também denominada de “*Repúblicas Independientes de Marquetalia*”⁵, comandas por “*Tiro-Fijo*”. Essa frente abrangia uma parte rural ao sul da Colômbia onde o governo colombiano não demonstrava força, como o Departamento de Putumayo em que essa guerrilha teve forte atuação e controle territorial.

Após o ataque às “repúblicas independentes”, os camponeses fundaram, em 1966, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em que decidiram organizar grupos de guerrilheiros em todo o país sob o lema “Desde Maquetalia até o triunfo final” (GALLARDO, 2005, p. 78). Assim, a primeira reunião de Marquetalia chamou-se “Programa Agrário das Guerrilhas”.

Vale lembrar que nessa mesma época outros grupos de guerrilha foram formados como o Exército de Libertação Nacional (ELN), tornando-se não só um oponente do Estado colombiano como também das próprias FARC e que atualmente ainda mantém o domínio e o controle de territórios em várias partes do país.

Nas décadas seguintes, especialmente a partir da década de 1980, as FARC se autointitulam como “Exército do Povo” e começaram a consolidar suas frentes. Parte dessa consolidação deve-se ao fato desse grupo guerrilheiro se aproximar do mercado internacional do tráfico de drogas, motivo pelo qual criou divergências entre suas lideranças⁶. E ao final da década de 1990, as FARC-EP foram colocadas na lista de grupos terroristas pelos EUA.

Dessa maneira, a escolha pela Colômbia se justifica pela particularidade desse país no contexto latino-americano. Há mais de seis décadas, a Colômbia convive com uma guerra civil relacionada por diversas razões, entre as quais a insurgência armada. Este país sul-americano possui fortes relações militares com os EUA que, ao longo do século XX, podem ser relacionadas com uma política externa de segurança e defesa contrainsurgente na América Latina.

Essa dinâmica facilitou a criação de um projeto de investimento militar entre EUA e Colômbia denominado de Plano Colômbia que foi executado de 1999 a 2015. Os principais

⁵ Ver Arenas (1972).

⁶ Ver: http://www.mamacoca.org/feb2002/art_ferro_Farc_y_coca_Caguan_es.html



objetivos se encontravam no marco da política de “guerra às drogas” e devido ao fato de que as FARC-EP foram classificadas como parte da engrenagem do tráfico internacional de drogas e cujas ações foram classificadas como terroristas. As FARC-EP foram convertidas em objetivos militares dos EUA sem direito de negociação.

De início, o Plano Colômbia foi denominado pelo governo estadunidense de “*push into Southern Colombia*” (ofensiva ao Sul da Colômbia), região com forte representação das FARC-EP, e o mesmo foi dado como encerrado com a assinatura do Acordo de Paz em 2016 entre o governo colombiano e as FARC-EP. Porém, antes mesmo da assinatura, alguns membros da Frente 1 *Armando Ríos* das FARC-EP decidiram não participar dos processos envolvidos no Acordo de Paz (VANEGAS, 2018).

Nos anos posteriores à assinatura, cresceu a insatisfação das lideranças das FARC-EP em relação ao andamento do Acordo de Paz, principalmente com o aumento do número de assassinatos de líderes políticos e de ex-combatentes que optaram pela devolução das armas. Isso gerou questionamentos sobre a reincorporação coletiva dos ex-combatentes das FARC-EP à vida civil e um efeito colateral na história recente do conflito interno colombiano: a formação de grupos armados dissidentes como a “Segunda Marquetalia” liderada por Iván Márquez, uma das vozes diretas e representações das FARC-EP nas negociações do Acordo de Paz de 2016. A configuração territorial desenvolvida pelos grupos armados dissidentes vem sendo marcada pelo processo de fragmentação de territórios.

Nesse sentido, esse breve resgate histórico com a contextualização do conflito interno colombiano se fez necessário do ponto vista de compreensão do surgimento da dissidência “Segunda Marquetalia” no ano de 2019 que, em circunstâncias bem diferentes das “Repúblicas Independentes de Marquetalia” na década de 1960, vem desafiando a implementação dos pontos referendados do Acordo de Paz de 2016 como será visto no decorrer do trabalho.

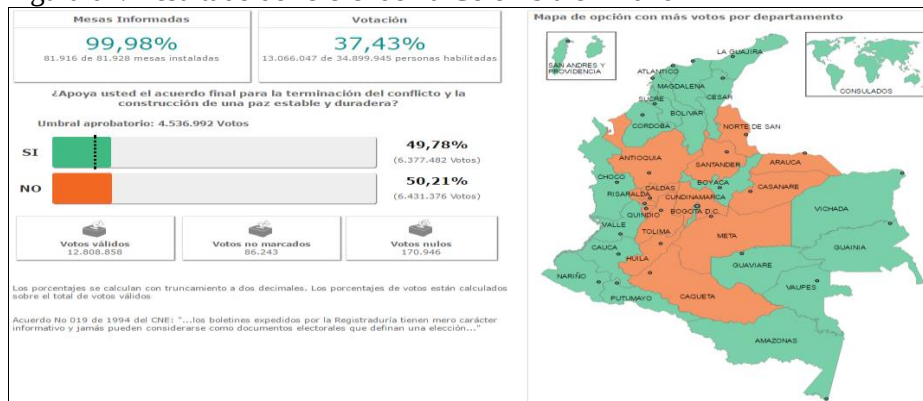
Portanto, para analisar algumas problemáticas e a evolução das dissidências na Colômbia e seus possíveis efeitos, em especial a “Segunda Marquetalia”, o recorte temporal escolhido é de 2019 a 2024. Como metodologias teórica e operacional, no sentido de enriquecer a discussão sobre o termo “dissidência”, abordando razões e fatores de formação, bem como a apresentação de alguns resultados, foram utilizados dados, informações e referências da *Fundación Ideas para la Paz* (FIP) e da *Defensoría del Pueblo*. Ambas são entidades autônomas e independentes que funcionam como centro de estudos que abordam assuntos e questões ligadas aos processos de paz e direitos sociais na Colômbia.



A “Segunda Marquetalia” e o futuro incerto na República da Colômbia

Após a assinatura do Acordo de Paz, em outubro de 2016, foi realizado um referendo para que os cidadãos colombianos fossem às urnas para aceitar ou não o acordo estabelecido entre o governo nacional e as FARC-EP. A possibilidade da participação política por parte dos líderes guerrilheiros e a absolvição de todos aqueles que reconhecessem seus crimes foram alguns dos entraves durante a votação. Com a pergunta: “Você apoia o acordo final para o fim do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura?”, o resultado foi de uma abstenção de mais de 60% dos votos, em que 50,2% dos colombianos decidiram dizer “não” ao acordo, enquanto 49,7% disseram “sim” (ver figura 01).

Figura 01: Resultado do referendo na Colômbia em 2016



Fonte: Organização Comunista Internacional⁷.

O plesbicito, e a consequente derrota das FARC-EP perante as urnas, foi um duro golpe para o seguimento das pretensões em relação ao Acordo de Paz de 2016. Porém, antes mesmo da sua assinatura final em Cuba, como já mencionado, haviam divergências e desentendimentos internos entre lideranças e combatentes com o que estava sendo negociado, como o temor aos efeitos que os quadros de justiça podiam ter e a falta de garantias de segurança, tanto para a reincorporação coletiva dos ex-combatentes à vida civil como para suas famílias e comunidades locais. Assim, é importante mencionar que:

durante o curso de uma guerra ou conflito armado é comum que novas facções surjam dentro de grupos armados rebeldes, insurgentes ou paramilitares. Isso ocorre porque, embora na maioria dos casos se comportem como um único corpo armado perseguindo objetivos comuns, são, em última análise, compostos por diferentes indivíduos com costumes, lideranças, visões, identidades e interesses distintos. Essa heterogeneidade os torna suscetíveis à divisões e fragmentação. Embora dissidentes possam surgir durante qualquer fase de um conflito armado interno, evidências

⁷ Ver: <https://marxismo.org.br/plebiscito-de-acordo-de-paz-derrotado-qual-o-proximo-passos-para-a-colombia/>



indicam que eles tendem a aparecer com mais frequência no meio de negociações de paz. Durante essas negociações, ocorre um ponto de virada na organização em relação aos objetivos comuns e históricos, gerando desconfiança, incerteza, rejeição ou não conformidade, o que, por sua vez, pode aumentar o risco de fragmentação (VANEGAS, 2018, p. 17. Tradução nossa).

Eduardo Álvarez Vanegas foi um dos diretores do setor de dinâmicas de conflitos e negociações de paz da *Fundación Ideas para la Paz* (FIP)⁸ e também explorou os processos internos e externos que impactaram as rupturas das FARC-EP durante as negociações de paz entre 2012 e 2016. Ele afirma que entre 2002 e 2011 se desmobilizaram individualmente cerca de 13.600 combatentes das FARC-EP, sendo o ano de 2008, o ano de cifra máxima com 3.027 pessoas, sendo qualificadas internamente como traidores pelos grupos dissidentes.

Vanegas (2018) chega a conclusão que as principais transformações que os grupos guerrilheiros experimentam durante um conflito é a sua fragmentação, que podem se apresentar ao menos em três dimensões: por númenros de organizações; por nível de institucionalização; e por distribuição de poder⁹. Logo, o surgimento e a evolução das dissidências, bem como as suas deserções, não dependem apenas de um fator interno ou externo.

Um exemplo de um possível fator externo estaria relacionado às dificuldades na adequação das zonas e pontos transitórios de normalização e aos atrasos na implementação da reincorporação coletiva dos ex-combatentes das FARC-EP. Isso teria causado a partida em massa de ex-membros, muitos dos quais teriam se tornado parte de dissidentes. Se deve ter em conta também que durante a fase de negociação na capital cubana houve transferência de componentes das FARC-EP para outros grupos de guerrilha como o ELN e o Exército Popular de Libertação (EPL).

⁸ A *Fundación Ideas para la Paz* (FIP) é uma organização não-governamental criada em 1999, ano de criação do Plano Colômbia, por alguns empresários colombianos. É um dos principais centro de estudos da Colômbia nas áreas de paz e segurança. Ver mais em: <https://ideaspaz.org/>

⁹ Uma das principais mudanças que podem experimentar os grupos guerrilheiros durante um conflito é a sua fragmentação. Esta se apresenta em ao menos três dimensões: 1) por número de organizações (um movimento pode se dividir em várias frações que eles podem competir uns com os outros ou agir como grupos coesos que agem separadamente, mas como parte do mesmo organização); 2) por nível de institucionalização (um movimento pode ser fragmentado dependendo da força e nível de articulação de regras formais e informais que justificam suas ações. Em movimentos débeis institucionalizados, as organizações trabalham de forma independente com um baixo ou nenhum nível de coordenação, enquanto que aqueles com sólida institucionalização trabalham com alto grau de cooperação e interação); e 3) por distribuição de poder (um movimento pode ser fragmentado dependendo da forma em como o poder é distribuído dentro dela. Quanto mais disperso, maior o nível de separação; quanto mais concentrado, a probabilidade de que se divida é menor. Esta distribuição pode ser causada por vários fatores internos, bem como as políticas que os regem, níveis eficiência organizacional, coesão e alianças, entre outros. e também por fatores externos, como mudanças no suporte que fornecem parceiros estratégicos. Este por sua vez pode depende do grau de institucionalização e o número de organizações existentes (VANEGAS, 2018, p. 45-46. Tradução nossa).



Um outro fator, como mais um exemplo, agora interno, ocorreu em 10 de julho de 2016 na Frente 1 *Armando Ríos* das FARC-EP, que mantinha forte atuação e controle de territórios nos departamentos de Vaupés, Guaviare e Meta, quando manifestou sua decisão de não participar do processo de desmobilização e entrega das armas, reivindicando a luta para combater as causas estruturais do conflito interno colombiano¹⁰. O anúncio foi rebatido pelos líderes do Bloco Comandante Jorge Briceño, provocando a expulsão de parte do secretariado das FARC-EP de cinco outras frentes por considerar que haviam violado os princípios de disciplina que caracterizava a organização.

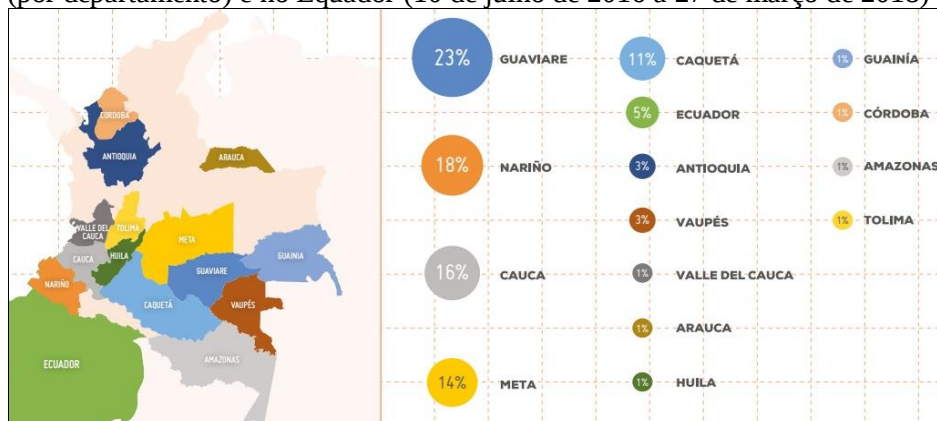
Nesse sentido, segundo Vanegas (2018), aqui ocorre uma degradação interna pela perda ou substituição rápida desses líderes que não mantiveram coesão, lealdade e disciplina, princípios fundamentais à organização armada das FARC-EP, que é regida por normas, códigos, regras, estatutos, regulamentos e hierarquias que favorecem sua longevidade. Desde então há registros de surgimento de outros grupos dissidentes, além das dissidências das FARC-EP, que vem atingindo outros países sulamericanos como o Equador (ver figura 02 e gráfico 01).

Na figura 02, podemos observar que o Equador, com 5%, representa mais da metade das dissidências confirmadas em relação à quatro departamentos que estão território colombiano (Antioquia e Vaupés, com 3% cada, Valle de Cauca, Arauca e Huila, com 1% cada). Já no gráfico 01, podemos visualizar que, além de suas ações na Colômbia, os grupos dissidentes começam a se expandir a partir do ano de 2018 em territórios equatorianos. Portanto, sobre as dissidências, Vanegas (2018) atesta que:

o termo dissidência refere-se ao “ato de discordar” e “afastar-se de uma doutrina comum, crença ou conduta”. Este significado pode ser aplicável para qualquer nível organizacional, incluindo exércitos regulares, irregular ou ilegal. (...) Nesse sentido, o atores armados ilegais não podem ser vistos como corpos totalmente coesos que desafiam o Estado, mas um conjunto mutável de atores com uma identidade central compartilhada, mas com alianças maleáveis e interesses divergentes. (...) Portanto, às vezes eles podem ser “divididos, podem multiplicar, criar coalizões, desaparecer, ressurgir como entidades separadas ou simplesmente ser substituído por outro grupo”, que pode manter alianças com o grupo original ou quebrar completamente laços (p. 45-46. Tradução nossa).

¹⁰ Os principais argumentos da 1ª Frente para desistir do processo foram: a política do Estado colombiano visava apenas desarmar e desmobilizar os guerrilheiros e não resolver os problemas sociais e econômicos do país; a paz não se fazia silenciando armas e bombas, mas resolvendo os graves problemas que afligem a sociedade; o desarmamento visava apenas que a burguesia subjugasse os pobres à vontade para conduzi-los à escravidão moderna; não podia haver desmobilização porque a luta guerrilheira era e continuaria sendo a busca incondicional de uma solução para os problemas de desigualdade e miséria da maioria dos colombianos (VANEGAS, 2018, p. 25. Tradução nossa).

Figura 02: Porcentagem das ações atribuídas às dissidências confirmadas na Colômbia (por departamento) e no Equador (10 de julho de 2016 a 27 de março de 2018)



Fonte: FIP¹¹.

Gráfico 01: Ações das dissidências confirmadas na Colômbia (por departamentos e municípios) e no Equador (10 de julho de 2016 a 27 de março de 2018)



Fonte: FIP¹².

Vanegas aprofunda a discussão dizendo que existem cinco razões para que ocorram as dissidências: os incentivos econômicos, a mudança de lideranças, as políticas contrainsurgente, as dinâmicas de respaldo social e as políticas de paz.

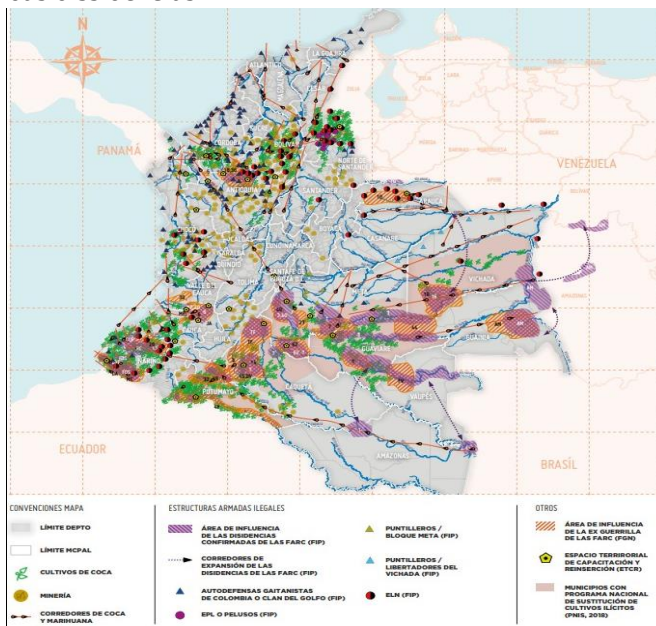
Com relação aos que entraram em dissidência, Vanegas (2018) aponta que devemos levar em consideração também os seguintes fatores: 1) foram recrutados e integrados à força novos membros para suas organizações; 2) como outros grupos armados, subcontratam estruturas criminais, e 3) fizeram uso de redes de apoio das FARC-EP que não eram orgânicas ao grupo e que ficaram para trás após a assinatura do Acordo de Paz de 2016. Além disso, grupos dissidentes ligados ao tráfico, a extorsão e a prática de homicídios seletivos estavam se passando como as FARC-EP através do uso de pulseiras, pichando e fazendo alusões ao grupo.

¹¹ Retirado de Vanegas (2018).

¹² Retirado de Vanegas (2018).

O mapa 01 nos revela as linhas de continuidade entre as dissidências confirmadas e as antigas frentes e unidades táticas das FARC-EP expressas em corredores de mobilidade, rotas terrestres e fluviais, saídas ao mar e às passagens transfronteiriças, bem como às zonas com a presença de economias ilícitas como cultivos de coca, corredores do narcotráfico e garimpos ilegais.

Mapa 01: Zonas de influência das antigas frentes das FARC-EP e das dissidências



Fonte: Trabalho de campo FIP 2017¹³.

Importante ressaltar que a FIP não pode afirmar exatamente em que municípios se fazem a presença desses grupos dissidentes porque a unidade territorial de um município é extremamente extensa e os grupos armados não medem sua presença territorial sob uma divisão político-administrativa.

Assim, para melhor compreensão sobre o fenômeno da dissidência se deve partir de que são coletivos com dinâmicas internas próprias, que podem ser abordados através de três enfoques: 1) abordagem ideológica, que coloca os atores no centro e aborda questões relacionadas com identidade, sistema de crenças, etnia ou religião; 2) abordagem behaviorista, que examina as motivações e interesses para participar de determinado grupo, como a arrecadação para benefício próprio através da guerra; e 3) abordagem sistêmica, que vê grupos armados como organizações sociais dentro do qual existem dinâmicas internas de

¹³ Elaborado por FIP (2018) e retirado de Vanegas (2018).



controle, disciplina, liderança, lealdade e seguidores, bem como estratégias de poder (VANEGAS, 2018, p. 46).

Vale ainda enfatizar, que dentro desses fatores e enfoques, as trajetórias tomadas pelos ex-combatentes são das mais variadas. Alguns decidiram continuar alçando armas para se integrar às estruturas dissidentes, se conformaram em participar das redes de narcotráfico, ou se uniram para outras estruturas armadas.

Já outros, pelo contrário, não continuaram na luta armada porque estavam desacreditados e quiseram se retirar das FARC-EP, outros optaram pela reincorporação coletiva proposta no Acordo de Paz através da Agência para Reincorporação e a Normalização (ARN) ou retornaram aos seus lugares de origem, mas ainda se desconhecem alguns paradeiros. Alguns dos que optaram pela reincorporação através da ARN, poucos meses ou anos depois, abandonaram esses espaços, havendo o risco de entrar para dissidências.

Aqueles dissidentes que continuaram a seguir na luta armada pelos motivos citados levaram o Estado a lançar o “Plano Estratégico Militar de Estabilização e Consolidação Vitória”¹⁴ em resposta ao avanço e a evolução das dissidências. Durante os primeiros meses de aplicação ocorreram neutralizações, capturas, submissões de voluntários, abatimento de líderes, apreensão de material de guerra, localização e destruição de mão de obra de laboratórios e o confisco de insumos para processamento de cocaína.

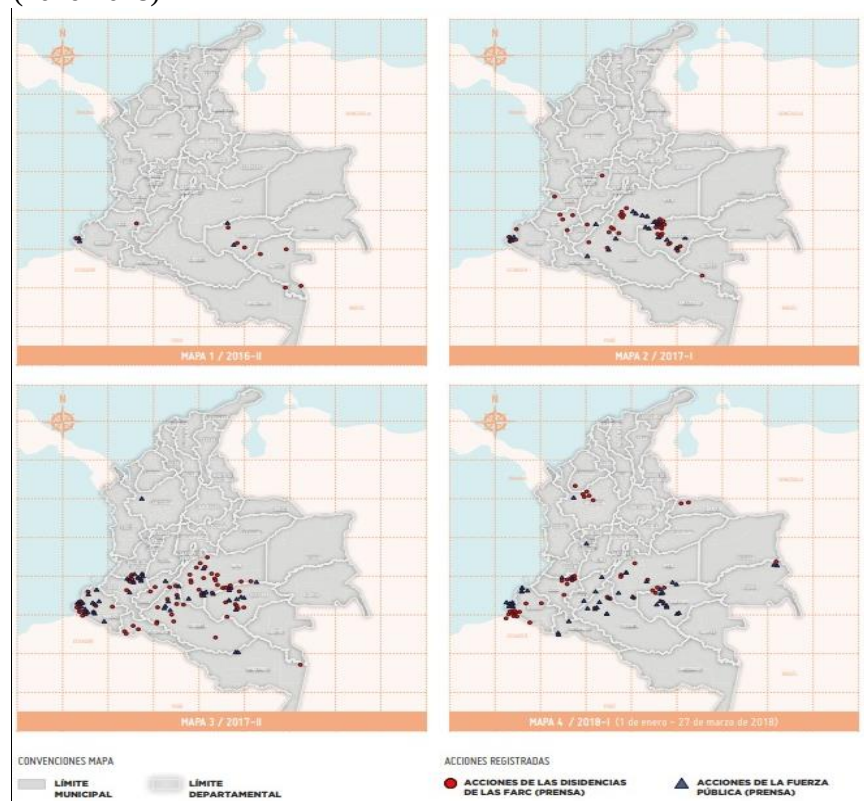
Esse novo plano tem como arcabouço as regras e ações que foram impostas com o Plano Colômbia, contribuindo para novas implicações no conflito interno colombiano e aguçando as tensões entre os grupos armados de dissidentes, as guerrilhas de esquerda, as Forças Armadas e a Polícia Nacional, conforme pode ser visto na figura 03. De acordo com a figura, em um curto intervalo de 2 anos (2016-2018), aumentaram expressivamente o número de ações tanto da dissidência da FARC-EP quanto da Força pública colombiana.

É difícil estabelecer com exatidão qual a porcentagem que se refere aos ex-membros das FARC-EP e quantos são com seus novos membros. Fontes oficiais consultadas pela FIP, entre 2016 e 2017, informam que essas cifras deviam ser altas, cerca de 1.500, mas o número poderia ser maior devido à proporção entre ex-membros do grupo guerrilheiro e novos recrutas. Porém, sem dúvidas, dentre as dissidências surgidas ao longo do percurso, uma das

¹⁴ Seu principal objetivo era aumentar a presença do Estado nas áreas de influência das FARC com base em uma ação unificada de todos os níveis da institucionalidade. Este plano, que entrou em vigor em janeiro de 2017, identificou dezessete áreas de atenção prioritária dentro das quais focalizando em 160 municípios onde convergem fatores desestabilizadores (...) (VANEGAS, 2018, p. 42. Tradução nossa).

dissidências que mais impactou sobre a complexidade na implementação do Acordo de Paz de 2016 foi a “Segunda Marquetalia”.

Figura 03: Ações de dissidências das FARC e das forças públicas colombianas (2016-2018)



Fonte: FIP¹⁵.

Sendo assim, bem distante do local de formação das “*Repúblicas Independientes de Marquetalia*” e criação das FARC na década de 1960, em 29 de agosto de 2019, através de um vídeo de 32 minutos divulgado na internet, feito em algum lugar na fronteira entre a Colômbia e Venezuela, cercada por um grupo de ex-comandantes das FARC-EP, Iván Márquez¹⁶, o ex-número 2 da organização e uma das vozes diretas e representações do grupo nas negociações do Acordo de Paz de 2016, anunciou a “Segunda Marquetalia” e o retorno à luta armada apontando traições do Estado. Recordando que o município de Marquetalia, a sul do departamento de Tolima, está situada na parte intermediária do território colombiano.

¹⁵ Retirado de Vanegas (2018).

¹⁶ Iván Márquez, cujo nome verdadeiro é Luciano Marín Arango, tornou-se membro político da 14ª Frente das FARC em 1985 e foi o número 2 do grupo armado e considerado o principal líder da “Segunda Marquetalia”. Ele foi o chefe da delegação negociadora das FARC em Havana e o comandante do Bloco caribenho. Também foi um dos negociadores das FARC no fracassado processo de paz entre 1999-2002 com o governo de Pastrana. Em 2023, Márquez foi dado como morto após um atentado do exército colombiano na Amazônia venezuelana, mas reapareceu em vídeo gravado em maio de 2024. Ver mais em: <https://elpais.com/america/2024-05-11/el-lider-guerrillero-ivan-marquez-reaparece-tras-ser-dado-por-muerto-con-un-video-en-apoyo-a-la-constituyente-de-pais.html> (acessado em: 15/04/2024).



Em seu discurso, ao lado de outros líderes das FARC-EP como Jesús Santrich¹⁷ e El Paisa¹⁸, Márquez alegou que o Estado colombiano não cumpriu com suas obrigações mais importantes que seria garantir a vida de seus cidadãos, no caso os ex-combatentes, e principalmente, por não evitar assassinatos que foram motivados por razões políticas. A esse respeito, o mesmo qualificou como “desarmamento ingênuo” das FARC-EP já que os assassinatos não cessaram.

Ainda segundo Márquez, em um pequeno intervalo de dois anos (2017-2019), mais de 500 lideranças de movimentos sociais e 150 membros das FARC-EP haviam sido mortos em meio à indiferença e indolência do Estado¹⁹. O grupo foi referido, pejorativamente, pelo governo do ex-presidente colombiano Iván Duque (2018-2022) como “Narcotalia”²⁰.

Os dois pontos que aprofundaram a divisão para a formação dessa dissidência foram a entrega de armas²¹ e o abandono dos princípios marxistas-leninistas do partido Força Alternativa Revolucionária Comum (FARC) criado em 2017, que surgiu após o desarmamento desta guerrilha, e sua aproximação com a democracia liberal, o qual negava a identidade revolucionária das antigas FARC-EP.

No primeiro ponto, durante as negociações com o governo em Havana para abordar o “fim do conflito”, uma delegação diferente foi designada daquela que estava sendo conduzida por Márquez devida à sua posição irreduzível de que as armas deveriam ser deixadas paulatinamente à medida que a reincorporação coletiva e outros pontos do Acordo de Paz fossem garantidos.

¹⁷ Seuxis Pausias Hernández Solarte, codinome Jesús Santrich, incorporou-se às FARC em 1991 na 19ª Frente. Entre suas responsabilidades, estava principalmente encarregado das comunicações e propaganda da guerrilha através da rede de estações das FARC-EP, como a Rede Bolivariana de Rádio “Voz da Resistência”, da qual foi um dos fundadores em 1993. Também participou das negociações de paz durante o governo de Pastrana. Em 2019, antes de compor a “Segunda Marquetalia”, Santrich assumiu um dos cargos na Câmara de Deputados da Colômbia. Em 2021, em Serranía del Perijá, zona binacional fronteiriça entre El Chalet e a vereda Los Laureles, dentro de território venezuelano, Santrich foi assassinado, aos 53 anos, depois de estar viajando em uma caminhonete que foi fuzilada por militares colombianos. Como a localização pertence ao estado venezuelano de Zulia, o assunto foi tratado como uma violação à soberania do território do país vizinho por parte da Colômbia.

¹⁸ Hernán Darío Velásquez, conhecido por *El Paisa*, ingressou nas FARC no início dos anos de 1980 com apenas 17 anos. Em 1993, foi chefe da Coluna Móvel Teófilo Forero. Esta organização foi inicialmente constituída como uma unidade de elite para salvaguardar o Secretariado das FARC-EP e que respondia formalmente ao Bloco Sul. *El Paisa* foi morto em uma emboscada no estado fronteiriço de Apure, no oeste da Venezuela. Fontes de informações da Colômbia e Venezuela afirmam que ele foi assassinado por aliados de Gentil Duarte, mais um dissidente das FARC e rival que também foi morto em 2022.

¹⁹ Ver em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-46853867>

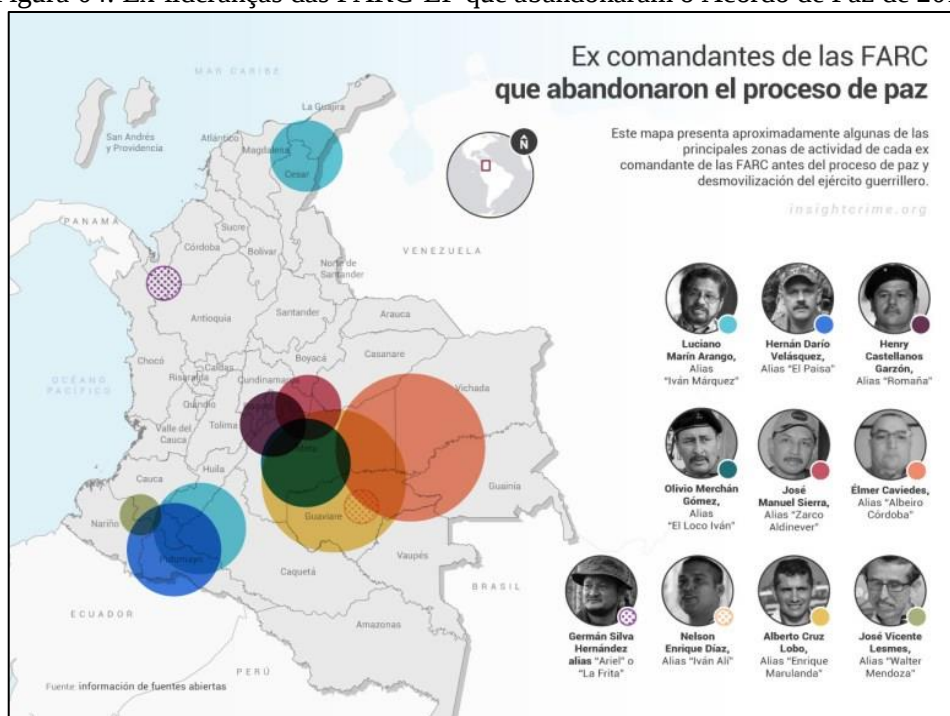
²⁰ Para o governo colombiano se trata de uma estrutura dedicada exclusivamente ao negócio de narcotráfico como fonte de financiamento, que comete atos terroristas, desmatamento e assassinatos contra líderes sociais, defensores de direitos humanos e reincorporados das FARC. Como o resto das dissidências, a “Segunda Marquetalia” foi classificada como Grupo Resíduo Organizado Armado (GAOr), categoria estabelecida na Portaria 037 de 2017 do Ministério da Defesa da Colômbia.

²¹ Disponível em: https://elpais.com/internacional/2017/06/14/america/1497402771_631903.html

Dessa forma, a “Segunda Marquetalia” virou-se em torno de duas estratégias: primeiro, a disseminação de seu projeto ideológico e a publicação de mensagens políticas (especialmente reações às conjunturas nacional e internacional); e segundo, a expansão territorial através da absorção da dissidência das FARC-EP pré-existentes ou a criação de novas frentes armadas (VANEGAS, 2018).

A figura 04 mostra não apenas as zonas de atuação e influência da “Segunda Marquetalia”, como também as zonas sob o domínio de outros grupos dissidentes liderados por ex-lideranças das FARC-EP que abandonaram o Acordo de Paz de 2016. Iván Márquez (cor azul claro) apresenta forte influência tanto no norte da Colômbia, na fronteira com a Venezuela, quanto ao extremo sul do país, na fronteira com o Equador.

Figura 04: Ex-lideranças das FARC-EP que abandonaram o Acordo de Paz de 2016



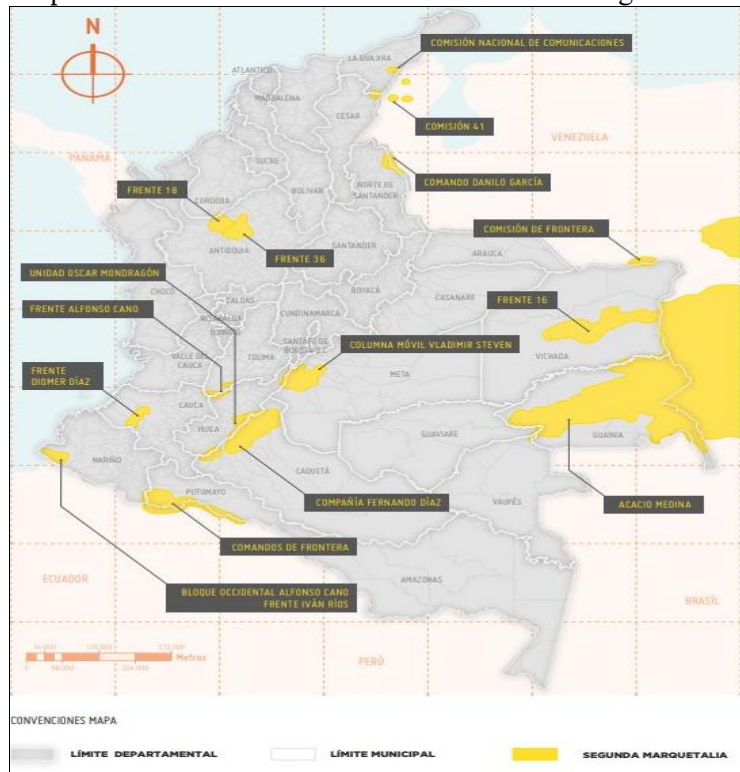
Fonte: <https://insightcrime.org/es/noticias/analisis/implicaciones-del-regreso-a-la-guerra-de-los-lideres-de-las-farc/>

A partir de junho de 2020, a “Segunda Marquetalia” contava com 14 estruturas territoriais com cerca de 650 integrantes²² (ver mapa 02). Sua organização é composta por ex-combatentes das FARC-EP que saíram do processo de reincorporação coletiva ou que se rearmaram, mas também foi formada por novos recrutas colombianos e venezuelanos.

²² Disponível em: https://www.swissinfo.ch/spa/colombia-conflicto_ong-dice-que-segunda-marquetalia-es-un-grupo-illegal-con-poca-articulaci%C3%B3n-/47918908

Diferentemente da figura 04 de 2019, podemos visualizar que a expansão da “Segunda Marquetalia” chega ao sul da Venezuela e se aproxima da Amazônia brasileira.

Mapa 02: Influência territorial das estruturas da “Segunda Marquetalia”



Fonte: FIP (2021)²³.

Segundo informações do jornal virtual *Infobae*, no ano de 2024, a “Segunda Marquetalia” contava com cerca de 1.751 integrantes, dos quais 1.262 seriam parte do braço armado e 589 parte das redes de apoio²⁴. Os que executam as ordens de Iván Márquez são Allende Perilla Sandoval, conhecido como Allende e em Cauca como Chichico; e Geovanny Andrés Rojas, chamado de Araña, que está nos comandos da fronteira.

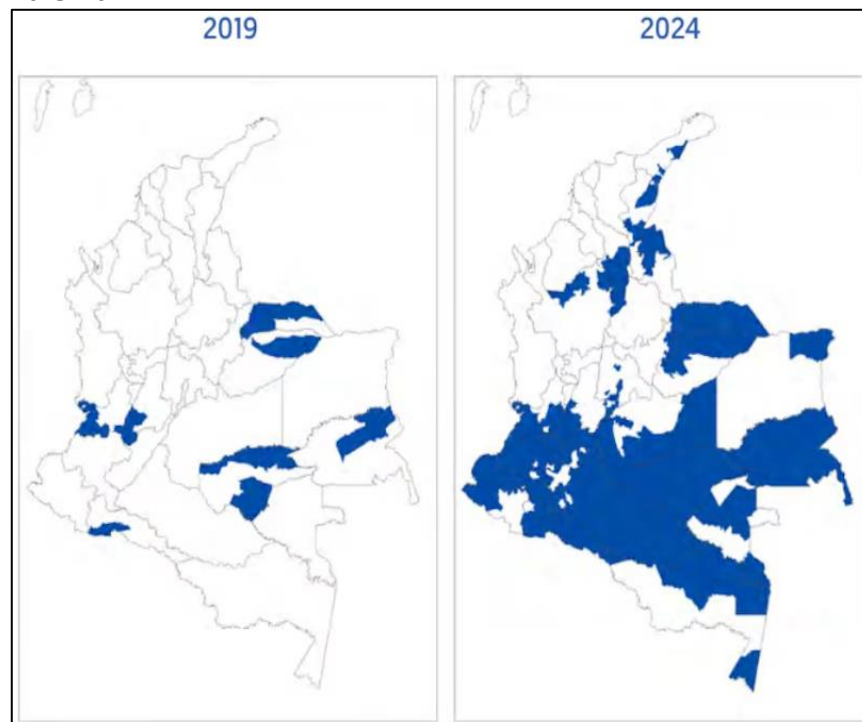
O número de membros dissidentes na Colômbia vem aumentando vertiginosamente. A figura 05 apresenta não apenas a evolução da “Segunda Marquetalia”, mas sim o crescimento das dissidências das FARC-EP com um todo. Entre 2019 e 2024, segundo o relatório denominado de “Contrastes na Realidade Humanitária” da *Defensoría del Pueblo*, todos os grupos armados se fortaleceram. Dos 1.103 municípios colombianos, no caso específico dos

²³ Retirado de Garzón (2021).

²⁴ Disponível em: <https://www.infobae.com/colombia/2024/06/10/asi-esta-la-segunda-marquetalia-estos-son-los-alcances-y-la-fuerza-del-grupo-de-las-dissidencias-de-las-farc/>

dissidentes das FARC-EP, eles passaram de 124 municípios presentes em 2019 para quase 300 em 2024, representando um aumento de 141%²⁵.

Figura 05: Zonas com presença das dissidências das FARC-EP. Comparativo 2019-2024



Fonte: Defensoría del Pueblo

A “Segunda Marquetalia”, embora não tenha crescido no mesmo ritmo que outros grupos dissidentes, até o ano de 2024 contava com aproximadamente 15 estruturas²⁶, distribuídas principalmente no sudoeste da Colômbia. A fragmentação de territórios avança na medida em que sua presença tem sido marcada por um aumento nas ações armadas devido às disputas territoriais com o *Estado Mayor Central* (EMC), outra forte dissidência comandada por “Iván Mordisco” também ex-líder das FARC-EP, além do ELN.

Em termos de controle territorial, o EMC domina o sul do Vale de Cauca e partes de Cauca, enquanto a “Segunda Marquetalia” juntamente com certas estruturas do ELN têm uma presença significativa em Nariño. Nessas regiões, observa-se um aumento nos mecanismos de controle social exercidos por esses grupos.

²⁵ Disponível em: <https://www.infobae.com/colombia/2024/06/10/asi-esta-la-segunda-marquetalia-estos-son-los-alcances-y-la-fuerza-del-grupo-de-las-disidencias-de-las-farc/>

²⁶ Disponível em: <https://www.infobae.com/colombia/2024/06/10/asi-esta-la-segunda-marquetalia-estos-son-los-alcances-y-la-fuerza-del-grupo-de-las-disidencias-de-las-farc/>



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “Segunda Marquetalia” está longe de ter a dimensão e as capacidades das antigas FARC-EP. A emergência da dissidência é justamente um dos principais desafios durante as fases de negociação e implementação do Acordo de Paz de 2016, bem como para uma resolução do conflito interno colombiano. Em 2021, essa dissidência foi colocada na lista de grupos terroristas dos EUA, enquanto as FARC-EP foram retiradas já que não existem mais devido se tornarem um partido político no mesmo ano.

Como mencionado, a organização espacial da “Segunda Marquetalia” é composta por ex-membros das FARC-EP que decidiram sair do processo de reincorporação coletiva proposta pelo governo ou que se rearmaram, mas, principalmente, por novos recrutas colombianos e venezuelanos.

Contudo, a grande maioria dos ex-combatentes das FARC-EP que assinaram o Acordo de Paz seguem no processo de reincorporação, apesar dos dilemas e incertezas entorno de suas seguranças²⁷. Sobre a experiência no processo de reincorporação de ex-combatentes da guerrilha na região do Caribe colombiano, por exemplo, esta pode ser descrito como uma reconfiguração social do território (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021 *apud* RICO e ESCOBAR, 2020).

Portanto, o cenário futuro dos territórios na Colômbia continua marcado pelo processo de fragmentação, não só dos grupos dissidentes como também das ações estatais para responder as novas dinâmicas que vem transformando a violência “sem narrativas nacionais e com expressões que seguem ancoradas ao local” (VANEGAS, 2018, p. 46).

De igual maneira, enfatizamos que a “Segunda Marquetalia” não criou a atual crise, mas tem sido favorecida pela forma como os envolvidos responderam às suas insatisfações ao governo colombiano. O conflito armado com as FARC-EP terminou e abriu um novo ciclo de violência que coloca em cheque o seguimento e cumprimento dos pontos do Acordo de Paz. Não se pode partir do princípio que as soluções militares são as mais efetivas para a resolução de disputas territoriais.

Isso requer avaliar com profundidade uma resposta renovada e menos ideológica no que diz respeito à militarização na questão sobre a segurança, balanceando o fortalecimento na construção da paz, especialmente no âmbito local, o que não significa a ausência de

²⁷ Ver: <https://www.elcolombiano.com/colombia/excombatientes-en-colombia-2024-AB25245036>



violência, mas uma construção permanente e imperfeita onde deve se levar em conta os diferentes aspectos sociohistóricos, culturais e estruturais (ROJAS-GRANADA e CUESTA-BORJA, 2021), como no caso colombiano com o fenômeno popular “*El Bogotazo*”, o período sangrento “*La violencia*” e o massacre às “*Repúblicas Independientes de Marquetalia*”.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ-VANEGAS, E.; CALDERÓN, D.; VÉLEZ, A. Trayectorias y dinámicas territoriales de las disidencias de las FARC. Fundación Ideas para la Paz (FIP): Bogotá. Série Informes nº 30, abril de 2018. Disponível em: https://multimedia.ideaspaz.org/media/website/FIP_Disidencias_Final.pdf

ARENAS, J. Diario de la resistencia de Marquetalia. Bogotá: Abejón Mono, 1972.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre (RS): L&PM, 2010.

GALLARDO, J. El Plan Colombia y sus efectos sobre el Ecuador. Quito (Ecuador): Eskeletra Editorial, 2005.

GALLEGO, C. M. FARC-EP: Notas para una historia política 1958-2006. Bogotá: UNAL, 2006.

GARZÓN, J.; CAJIAO, A.; TOBO, P.; GARCÍA, J. La Segunda Marquetalia: Disidentes, rearmados y un futuro incierto. Fundación Ideas para la Paz (FIP): Bogotá. Série Informes nº 34, julho de 2021. Disponível em: https://multimedia.ideaspaz.org/media/website/FIP_Infome_SegundaMarquetalia_Final_V7.pdf

PINHEIRO, M. R. FARC-EP: meio século de insurgência na Colômbia. Que paz é possível? Dissertação de mestrado. UFF – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 269 p., 2015.

ROJAS-GRANADA, C.; CUESTA-BORJA, R. Los estudios sobre el conflicto armado y la construcción de paz en Colombia desde una perspectiva territorial: abordajes y desafíos. Revista CS, 33, 205-235, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18046/recs.i33.3995>

SANTOS, D. A militarização estadunidense na América Latina: o Plano Colômbia e as implicações no conflito interno colombiano. Dissertação de mestrado. FFP/UERJ – Faculdade de Formação de Professores/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 240 p., 2024.

URUEÑA-SÁNCHEZ, M. I., e DERMER-WODNICKY, M. La estrategia contrainsurgente en el conflicto armado colombiano desde el realismo defensivo (1962-1966). Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, 15(2), p. 43-56, 2020.